

LITIGÂNCIA CONTRA O PODER PÚBLICO: UMA REVISÃO DA DOCTRINA DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM DESFAVOR DO PARTICULAR

LITIGATION AGAINST THE PUBLIC ADMINISTRATION: A REVIEW OF THE DOCTRINE OF REVERSAL OF THE BURDEN OF PROOF IN DETRIMENT OF THE PRIVATE INDIVIDUAL

TIAGO BITENCOURT DE DAVID

Mestre em Direito (PUCRS). Especialista em Direito Processual Civil (UNIRITTER). Especialista em Contratos e Responsabilidade Civil (Verbo Jurídico). Pós-graduado em Direito Civil pela Universidad de Castilla-La Mancha (Toledo/Espanha). Bacharel em Filosofia (UNISUL). Juiz Federal Substituto na Terceira Região. tiagobd@hotmail.com

Recebido em: 09.01.2019
Aprovado em: 08.05.2019

ÁREAS DO DIREITO: Processual; Administrativo

RESUMO: O presente estudo analisa criticamente o lugar-comum de que o particular suporta o ônus da prova quando alega a atuação injusta da Administração Pública. O escrito principia pelas condições de possibilidade para a edição de um ato jurídico válido, especialmente a processualidade administrativa e o dever de fundamentação. Depois, mediante abordagem interdisciplinar, a pesquisa busca revelar as limitações das abordagens exclusivamente processualistas ou administrativistas, mostrando como a dinâmica da produção do ato administrativo e sua impugnação em juízo possuem dinâmicas e pressupostos diversos daqueles focados exclusivamente na explicação tradicional sobre ônus da prova e prerrogativas da atuação do Poder Público. Por fim, apresenta-se um itinerário acerca da cognição judicial do pleito de invalidade de ato administrativo, esclarecendo elementos minimamente necessários para uma *escorreta fundamentação do ato jurisdicional*. Tudo como forma de contribuir para uma concreta promoção do acesso à justiça.

ABSTRACT: This essay analyses critically the commonplace in which the private individual has the burden of proof that the Public Administration acted unfairly. The study begins with the investigation about the due process of law in Administrative Law and the duty of motivation of administrative acts. So, the research identify the limitations of strictly processualistic and administrative approaches. In the end, it is presented an itinerary for the judiciary cognition about administrative acts annullment actions, identifying the minimum elements of a valid judicial decision in this subject. Everything as an effort to improve the concrete access to justice.